

CIDADE MÉDIA: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E TIPOLOGIA

Hélio Carlos Miranda de Oliveira

Professor da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia
heliocarlos@pontal.ufu.br

Beatriz Ribeiro Soares

Professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
brsoares@ufu.br

RESUMO

O objetivo central deste artigo é o sistematizar contribuições metodológicas de autores que se preocupam com o estudo das cidades médias a partir das relações regionais e dinâmicas espaciais na rede urbana. Para isso, foi desenvolvida uma proposta de classificação das cidades médias destacando a especialização espacial dos processos urbanos, em nove tipos, que são: centro de serviços, centro administrativo, polo econômico, centro turístico, canal de comunicação, centro de fronteira, centro regional, centro de drenagem e consumo de renda fundiária, centro especializado. Nesse sentido, tão importante como definir preteritamente a escala de abordagem da investigação é a não definição do centro urbano como cidade média antes da realização da pesquisa, uma vez que a cidade deve ser primeiramente analisada para depois ser definida como média, considerando, para isso, a importância que ela possui no sistema urbano.

Palavras-chave: Cidade média. Rede urbana. Metodologia. Tipologia.

MEDIUM-SIZED CITIES: METHODOLOGICAL NOTES AND TYPOLOGY

ABSTRACT

The main objective of this paper is to systematize methodological contributions of authors who are concerned with the study of medium-sized cities from regional relations and spatial dynamics in the urban network. For this, it was developed a proposal for classification of medium-sized cities highlighting the space specialization of urban processes in nine types, which are: service center, administrative center, economic hub, tourist center, channel of communication; center of border, regional center, drain and consumption of land rent center, specialized center. In this sense, as important as a previous definition on the approach scale of the research, it is even not to define the urban center as a medium-sized city before doing the research, since that a city has to be first analyzed and after be defined as medium, considering, for this, its importance in the urban system.

Keywords: Medium-sized cities. Urban network. Methodology. Typology.

Recebido em 24/09/2013
Aprovado para publicação em 26/09/2014

INTRODUÇÃO

A compreensão dos sistemas urbanos dos países ocidentais tem exigido dos pesquisadores novas formulações teórico-metodológicas para a explicação de fenômenos que antes eram observados somente em escalas locais, regionais ou nacionais, mas que agora, são observados em escala global.

Vários estudos têm seus focos voltados para essa temática, principalmente aqueles que pretendem entender as realidades e as dinâmicas dos centros metropolitanos. No caso brasileiro isso não é diferente, todavia, a significativa expressão do processo de globalização, somada às mudanças no padrão demográfico do país, criam a necessidade de compreender os espaços não-metropolitanos.

Milton Santos, em sua obra *A urbanização brasileira*, destaca a importância do processo de industrialização no desenvolvimento econômico e crescimento demográfico do país, afirmando que, a partir dos anos de 1940-1950, a lógica da industrialização prevaleceu sobre o território brasileiro. Para o autor, o processo de industrialização brasileira não se restringiu somente na instalação de unidades industriais pelo território, mas sim em um processo social complexo, a partir do qual possibilitou a criação de um mercado nacional, com investimentos em sistemas de engenharias para garantir integração do território, na expansão do consumo, resultando na intensificação do processo de urbanização (SANTOS, 2005). Na visão do autor, essa nova base econômica brasileira rompe com o nível regional e passa a situar-se em escala nacional, gerando, a partir daí, um processo de urbanização que envolve todo o território, sustentado pelo crescimento demográfico das cidades médias e grandes.

Santos (2005) analisa a evolução da população urbana brasileira e constata que, entre as décadas de 1940 e 1980, a taxa de urbanização, que era de apenas 26,35% em 1940, passa a 67,59%. Já no ano de 2010 atinge a marca de 84,36%. Enquanto a população total brasileira aumenta 4,61 vezes entre 1940 e 2010, a população urbana aumenta, nesse mesmo período, 14,77 vezes, permitindo afirmar que crescimento demográfico brasileiro concentra-se nas áreas urbanas do país (Tabela 01).

Tabela 01. Brasil: população total, população urbana e taxa de urbanização (1940-2010).

Data	População total	População urbana	Taxa de urbanização
1940*	41.326.000	10.891.000	26,35%
1950*	51.944.000	18.783.000	36,16%
1960*	70.191.000	31.956.000	45,52%
1970**	93.134.846	52.097.260	55,94%
1980**	119.011.052	80.437.327	67,59%
1991**	146.825.475	110.990.990	75,59%
2000**	169.799.170	137.953.959	81,25%
2010**	190.755.799	160.925.804	84,36%

Fonte: *Santos (2005) e ** IBGE – Censos Demográficos.

Entretanto, a década de 1970 é um marco no crescimento populacional brasileiro, pois foi a partir deste decênio que o crescimento anual da população urbana foi superior ao crescimento anual da população total, conforme pode ser observado na Tabela 02.

Tabela 02. Brasil: aumento médio anual da população total e urbana (1940-2010).

Período	Aumento médio anual da população total (A)	Aumento médio anual da população urbana (B)	B/A
1940-1950	1.060.800	789.200	0,74
1950-1960	1.824.700	1.317.300	0,72
1960-1970	2.294.385	2.014.126	0,88
1970-1980	2.587.621	2.834.007	1,10
1980-1991	2.528.584	2.777.606	1,10
1991-2000	2.552.633	2.995.885	1,17
2000-2010	2.095.663	2.297.185	1,10

Fonte: Santos (2005) e IBGE – Censos Demográficos.

O maior crescimento da população urbana em relação à população total do país está diretamente relacionado com a presença da ciência, da técnica e da informação na remodelação do território, principalmente a partir da modernização do processo produtivo. A união da ciência, da técnica e da informação sobre o território recebe o nome de meio técnico-científico-informacional, que é

[...] marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam de *novo meio geográfico* para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar sua circulação. (Grifo nosso) (SANTOS, 2005, p. 38).

Esse novo meio geográfico tem as cidades como pólo de expressão máxima e são elas os espaços que mais crescem demograficamente no Brasil, nos últimos 40 anos. Tal crescimento deu-se rumo aos espaços não metropolitanos, pois, conforme destaca Santos (2005), as aglomerações com mais de um milhão de habitantes somavam 51,35% da população urbana no ano de 1950, enquanto em 1980 o percentual reduziu para 38,31%, indicando um evidente processo de desmetropolização, entretanto, sem diminuição do tamanho urbano das metrópoles. Segundo o autor, esse processo é explicado pelo crescimento das cidades médias, que aumentaram sua participação no total de população urbana do país.

Santos (2005) afirma que além do crescimento populacional, tais cidades também cresceram em número, sendo responsável por uma parcela significativa da população brasileira, atingindo, na década de 1980, o total de 22.040.446 habitantes urbanos em um universo de 80.437.327, o que representava 27,4% do total da população urbana².

Para Davidovich (1991), o quadro urbano brasileiro acompanha uma tendência demográfica universal irreversível de concentração de população nas cidades, resultando na formação de diferentes estruturas no tecido urbano nacional, principalmente em função do desenvolvimento da economia urbano-industrial e de um planejamento altamente centralizado, surgindo o que autora classifica como Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano. Segundo a autora:

Um Brasil urbano não-metropolitano pode ser reconhecido na interiorização da urbanização, que tem particular manifestação em novas frentes de valorização urbana, referenciadas, principalmente, a novas necessidades criadas pela agricultura moderna, pela mineração e por certo tipo de indústria. Trata-se de agrupamentos de cidades, antes isoladas, que se articulam em torno de determinadas atividades [...] (DAVIDOVICH, 1991, p. 127).

É nesse grupo de cidades que compõem o Brasil urbano não-metropolitano que estão inseridas as cidades médias, com novos papéis urbanos, não isoladas da rede urbana, mas como cidades consagradas a desenvolverem uma alta e competitiva especialização funcional (SILVEIRA, 2002).

O papel das cidades médias no mundo globalizado e na divisão territorial do trabalho é definido por Silveira (2002) como centros urbanos que têm a função de exercer um comando técnico da agricultura científica, da criação de gado e da produção energética da sua região, e de não ser sede de comando político das principais decisões das atividades econômicas desenvolvidas no território brasileiro. A autora completa afirmando que “as cidades médias são nós de uma divisão do trabalho à escala mundial, e o estudo de suas especializações pode ser uma pista para entender a atual organização do espaço” (SILVEIRA, 2002, p. 15).

Pereira (2005), discorrendo sobre o papel das cidades médias no mundo globalizado, ressalta que a qualidade de vida, o desenvolvimento científico e tecnológico, a disponibilidade de mão-de-obra, a presença de incentivos governamentais são alguns dos elementos responsáveis pelas transformações dessas cidades.

² Foram consideradas as cidades com população variando de 100 mil a um milhão de habitantes.

Diante disso, entender as funções das cidades médias no sistema urbano contribui para a difícil tarefa de classificação dessas cidades, uma vez que suas funcionalidades na rede urbana estão associadas diretamente ao consumo de mercadoria, demarcando, assim, seus papéis na divisão territorial do trabalho e na definição dos fluxos *de* e *para* as cidades médias. Diante disso, Sposito (2001) aponta que a caracterização das cidades médias pelo enfoque funcional sempre esteve associada à [...] “definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades” (SPOSITO, 2001, p. 635).

Entendidas não como centros isoladas na rede urbana, as cidades médias têm aparecido nos estudos recentes da urbanização como importantes pontos na rede (SOARES, 2005), exigindo dos pesquisadores uma análise que considere as relações entre a cidade e a região e entre as cidades de diferentes níveis hierárquicos. Neste sentido, Deus (2004, p. 89-90) indica que:

[...] o que define uma cidade média é sua função, seu grau de polarização, seus equipamentos de serviços e de lazer e o papel que sua estrutura urbana exerce na região recebendo e emitindo externalidades, ou seja, a cidade média nada mais é que uma cidade com uma população acima da média regional, que exerce uma influência em uma determinada sub-região, com funções que a fazem assumir o papel de polo regional na hierarquia urbana, provendo o consumo produtivo e coletivo da sub-região onde está inserida.

O crescimento da importância dessas cidades no cenário urbano leva a uma preocupação que envolve os pesquisadores dessa temática, que é a de definição/conceituação do que seja uma cidade média. Apesar disso, não existe um consenso³ para definição/conceituação de cidade média, variando, de acordo com o pesquisador, a região estudada, o país e o período histórico. No entanto, alguns autores apontam caminhos que podem ser percorridos para a definição do que seja uma cidade média, estando entre eles: Amorim Filho (1984), Corrêa (2007), Marques da Costa (2002), Oliveira (2008), Pereira (2007), Pontes (2001), Soares (1999), Sposito (2001).

Na tentativa de compreender e construir um conjunto de reflexões sobre a temática, Pereira (2005) indica que a função urbana da cidade, conjugada com níveis de consumo e o comando técnico da produção são os elementos responsáveis pela definição do papel das cidades médias na rede urbana. Estas cidades tornam-se centros que estabelecem interações espaciais em diferentes escalas, seja no sistema urbano nacional ou no internacional. A autora entende, ainda, que as análises devem sempre respeitar a tríade rede-cidade-região, sem priorizar a dimensão demográfica, mas sim as articulações das relações estabelecidas com os demais centros do sistema urbano.

Nesse mesmo sentido, Bravo (1997, p. 156) afirma que:

El concepto de ciudad intermedia es esencialmente relativo, dependiendo de su tamaño, dos límites demográficos establecidos, con base en diversos factores, entre los cuales se destaca, la extensión geográfica del contexto nacional respectivo. Las ciudades medias o intermedias corresponden a realidades territoriales caracterizadas por primacía de las relaciones y funciones urbanas; distintas formas de la relación con los entornos rurales regionales en que se inscriben; un tamaño poblacional medio en relación con la estructura nacional del país que le corresponde; nivel de especialización económica productiva suficiente y una perspectiva de desarrollo posible en función de los factores antes mencionados.

Não diferente, Amorim Filho e Serra (2001), tentando contribuir para a classificação dos centros urbanos como cidades médias, elegem cinco atributos, quais sejam:

I. Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;

³ Sobre isso, confira: Corrêa (2007), Soares (2005) e Sposito (2001).

II. Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;

III. Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;

IV. Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização como o espaço rural microrregional que o envolve; e

V. Diferenciação do espaço intra-urbano, como centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido como o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 09).

A partir dessas constatações, percebe-se o importante papel que as cidades médias possuem na rede urbana, pois além de serem centros de decisões político-econômicas regionais, concentram em seus espaços estruturas ligadas ao comércio e serviços que alteram a divisão regional do trabalho. Assim, estas cidades são pontos de inserção e superposição no território, que variam entre as horizontalidades e verticalidades, funcionando como depositária e produtora de bens e serviços exigidos por elas e por seu entorno. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Apesar de estarem ligadas diretamente à escala regional, as cidades médias também estabelecem relações com o global, constituindo uma “geometria variável”, principalmente por existir diferentes maneiras das aglomerações urbanas participarem do jogo entre o local e o global, estabelecendo, assim, uma estrutura complexa de relações espaciais (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Diante desse quadro, Pontes (2001), ao analisar as políticas públicas desenvolvidas a partir das metas traçadas no *II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (II PND), qualifica as aglomerações urbanas que possuem uma estrutura complexa de relações espaciais como *cidades médias complexas*, que são aquelas que associam a presença de atividade industrial ponderável à capacidade de prestação de serviços em uma região agrícola vinculada a sua área de influência. Para a autora, “a complexidade de suas funções atuais foi gerada, na maioria das vezes, por um crescimento parcialmente autônomo de sua base econômica atual ou passada. Frequentemente, essas cidades eram, no passado, centros terciários de uma industrialização de pequenas e médias empresas” (PONTES, 2001, p. 574).

A importância regional das cidades médias confere a elas um papel estratégico na rede urbana, servindo de referência para os pequenos aglomerados urbanos e o meio rural do seu entorno e estabelecendo, concomitantemente, relações com centros urbanos maiores e mais importantes hierarquicamente. Para Steinberger e Bruna (2001) o elo urbano regional das cidades médias confere a elas o papel de núcleos estratégicos na rede urbana, visto que aglutinam as vantagens de ser aglomerados urbanos desenvolvidos com possibilidades de se articularem com o espaço regional, conformando, assim, sua área de influência.

Nesse sentido, Sposito et al (2007) afirmam que é necessário considerar a dimensão *contigüidade* e a *conectividade* do território para a análise das cidades médias, uma vez que, sob a ótica do consumo de mercadorias, as noções de espaço e tempo transformaram-se, principalmente em função da crescente importância dos meios de telecomunicações, que tem gerado alterações na forma de deslocamento de pessoas e mercadorias. Essa dimensão está diretamente vinculada à importância que as cidades médias possuem regionalmente, em função da reorientação na forma de consumo dessas cidades, alterando, assim, suas funções urbana na rede. Diante disso, Santos e Silveira (2001) e Santos (2005) afirmam que as cidades médias são, na atualidade, espaços do trabalho intelectualizado, lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. O papel reservado à elas na rede urbana é o de ser intérpretes da técnica – em função de sua intelectualização – empregada na produção material, industrial e agrícola. “Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente

especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 281).

As ideias de Santos e Silveira (2001) permitem afirmar que as cidades médias são centros especializados na rede urbana – especialmente ligados à técnica e à ciência – sendo provedoras de suporte de ensino e pesquisa científica ligada às atividades agrícolas e, em alguns casos, comandando os aspectos técnicos da produção regional.

Com relação aos meios de produção, Sposito (2001) e Sposito et al (2007) afirmam que a distribuição de produtos industriais foi mais importante para a redefinição dos papéis das cidades médias na rede urbana do que a produção industrial (unidades produtivas), transformando essas cidades, conforme Santos (1988), em lugares onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevados. Isso significa que as cidades médias já atendem algumas demandas (produção e consumo) na rede urbana que antes só eram atendidas pelas grandes cidades e metrópoles, como serviço de saúde especializado, mão-de-obra qualificada, desenvolvimento tecnológico, entre outras atividades.

De acordo com esse “novo” perfil das cidades médias, Arroyo (2006, p. 81-82) afirma que:

É na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam. É, através de sua capacidade de criar condições de fluidez e porosidade territorial, que elas conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensa. Não necessariamente esses atributos são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, ao contrário, podem ser encontrados nas cidades médias, inclusive, tornando-se um elemento de diferenciação entre elas.

Entres os processos que redefinem os papéis desempenhados pelas cidades em uma rede urbana hierarquizada, Sposito et al (2007) destacam os seguintes processos: i) a concentração e centralização econômica; ii) os sistemas de transporte e comunicações; iii) as formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços; iv) consumo de bens especializados ligados à modernização do setor agropecuário.

Diante disso, é necessário considerar a difusão da agricultura científica e dos agronegócios na redefinição dos papéis desempenhados pelos centros urbanos inseridos nas áreas de expansão agrícola – principalmente em função dos avanços científicos e tecnológicos promovidos pelas instituições de pesquisa, o que possibilita o uso agrícola de áreas do cerrado e do semi-árido brasileiro – gerando, assim, impactos socioespaciais tanto no campo quanto nas cidades. Esses impactos geram a reestruturação do território e a reorganização do sistema urbano, deixando-o cada vez mais complexo. Nesse contexto, Elias (2006) afirma que é necessário para a compreensão da reprodução do espaço urbano considerar os espaços urbanos derivados da reestruturação produtiva da agropecuária, visto que esta reestruturação tem promovido transformações significativas na produção e no espaço agrário, com impactos territoriais e sociais, tornando-se, assim, uma das vertentes para se pensar as cidades médias frente a esse contexto. A autora ainda completa:

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira está entre os processos que promovem o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, contribuindo para uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura científica globalizada, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades médias e locais, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. (ELIAS, 2006, p. 289).

Percebe-se, assim, a importância de se considerar as dinâmicas espaciais ligadas ao agronegócio e a agricultura científica para a compreensão dos papéis desempenhados pelas cidades médias na rede urbana, uma vez que transformações recentes no território e, conseqüentemente, na rede urbana são frutos dessas dinâmicas originadas no campo.

A desconcentração da produção industrial também é considerada por Sposito et al (2007) na análise das cidades médias, pois relaciona-se com o abandono das formas de produção

fordista e implementação de formas de produção flexível pelas unidades produtivas industriais, o que gera, como resultado desse processo, uma reorientação do território, com a separação territorial entre os centros de produção e os centros de comando e gestão das atividades econômicas e produtivas. Nesse contexto, as metrópoles permanecem como centros de comando da economia nacional, sediando os escritórios centrais das grandes empresas, e as cidades médias continuam sendo espaços potenciais para a instalação de unidades de produção industrial, uma vez que os custos de produção nessas cidades são menores que nas grandes metrópoles, seja pelo preço da terra, da força de trabalho ou pela qualidade de vida. Assim, Arroyo (2006) afirma que:

Justamente, as cidades médias vinculadas à instalação de uma agricultura científica globalizada intensificam sua vida de relações, como decorrência de uma atividade econômica que as transforma em um ponto da topologia de grandes empresas, impondo novos ritmos e novas exigências a seu cotidiano. Quanto maior número de circuitos produtivos e círculos de cooperação atravessam a cidade, mais ela precisa atender a suas redes técnicas – de transporte e de comunicação – para garantir uma circulação adequada às novas demandas. Cabe, entretanto, observar que embora essas cidades médias se diferenciem por serem mais dinâmicas e complexas, raramente elas tem o papel de comando. Na realidade, sua área de ação política é reduzida, pois são as metrópoles, como sede das grandes empresas, que exercem um maior controle territorial. (ARROYO, 2006, p. 82-83).

Entretanto, apesar das cidades médias não possuírem papéis de comando no sistema econômico do país, o processo de desconcentração espacial das unidades produtivas altera, significativamente, os papéis urbanos dessas cidades, pois tornam-se referências regionais para o consumo de bens e serviços especializados.

Sposito et al (2007) também considera a difusão do comércio e dos serviços especializados para o estudo das cidades médias. A difusão de atividades especializadas ligadas ao setor terciário da economia está ligada à descentralização espacial do capital, quando os setores da economia passaram a atuar além dos limites das metrópoles e das capitais estaduais, ampliando seus mercados consumidores. Essa expansão teve como principal foco as cidades menores, capazes de polarizar mercados consumidores regionais, alterando, assim, as formas de consumo e estruturação urbana das centros envolvidas.

Assim, torna-se importante estudar as cidades, médias, identificando as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações e valores, uma vez que esses elementos, constituintes da sociedade, intensificam e marcam as relações entre as cidades e suas regiões de influência e, ao mesmo tempo, as diferenciam. Nesse sentido, Soares (2005) afirma que mesmo identificada como médias, cada cidade possui sua singularidade, com diferentes formas de relações na rede urbana e, principalmente com seu entorno regional, especialmente com as cidades pequena e o campo. Nesse sentido, [...] “cada cidade é um todo complexo e contraditório, pois as variáveis necessárias à sua reprodução abarcam o sistema produtivo e a rede de consumo em uma relação estreita com a região” (SOARES, 2005, p. 274).

Essa afirmação realizada por Soares (2005) leva a um questionamento referente à definição do que é uma cidade média, pois “cada cidade é única, original e singular”. Apesar de ser um termo bastante utilizado em trabalhos acadêmicos e técnicos, não existe uma definição precisa. Outros termos como cidade intermediária, cidade regional, cidade de porte médio ou centro regional, também são utilizados como sinônimos, sem grande precisão. Essa diversidade de termos demonstra que não existe um consenso entre os pesquisadores desses núcleos urbanos e, na visão de Sposito (2001), para a maioria desses pesquisadores, tal termo é utilizado mais como uma noção do que como um conceito/ definição.

A adoção dessa referência serviria para a *definição* do que seja “cidade média”. No plano da construção do pensamento, essa definição se aproximaria mais de uma *noção*, já que sua base de sustentação é empírica, oriunda das informações demográficas organizadas em classes e, nessa medida, pouco ajudaria na elaboração do *conceito*, pelo menos por duas razões, dentre muitas outras: a) não há correspondência direta entre o

tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância; b) as múltiplas formas de aglomeração urbana que se constituem, com intensidade crescente a partir da segunda metade do século XX, apresentam realidades urbanas que expressam integração do ponto de vista funcional, ainda que, no caso brasileiro, o tamanho populacional tome como base os limites municipais. (Grifos da autora) (SPOSITO, 2001, p. 613-614).

Corrêa (2007, p. 23), ao discorrer sobre a necessidade de se construir um conceito para as cidades médias, afirma que [...] “trata-se de discutir uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada do idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens de uma pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes”.

Nesse mesmo sentido, Brunet (2000), ao analisar as cidades médias na Europa, afirma que a cidade média é um “objeto geográfico não identificado”,

La ville intermédiaire ou moyenne est un UGO (unidentified geographic object). Car, d'une part, l'idée de moyenne se situe entre un plancher imprécis et un plafond indéfini. D'autre part, l'idée de médiation (contenue dans l'adjectif intermédiaire) ne comporte pas de définition des termes de la médiation: s'exerce-t-elle entre la capitale et les petites villes? ou entre les métropoles régionales et la campagne? [...] (BRUNET, 2000, p. 110).

Os problemas da indefinição do que sejam essas cidades estão, entre outros motivos, ligados aos critérios utilizados pelos pesquisadores para defini-las, sendo que o mais utilizado e também o mais problemático deles é o critério demográfico. Esse critério torna-se um entrave na definição do que seja uma cidade média, pois ele varia tanto no espaço quanto no tempo. Sposito (2001) destaca que o uso do critério demográfico pouco contribuiu para a elaboração de um conceito do que seja uma cidade média, uma vez que sua sustentação é empírica e não teórica, permitindo somente a construção de uma noção.

Observando estudos de diferentes países do mundo, percebe-se a diferença no critério demográfico para a delimitação do que seja uma cidade média. Baker (2000), em estudo sobre a África subsaariana, destacou que apesar de uma diferenciação demográfica entre as pequenas e médias cidades, suas diferenças funcionais na rede urbana não são claras, chegando o autor a considerá-las como uma categoria única. Baker (2000) afirma que os critérios demográficos dos países da África subsaariana variam entre os países, por exemplo: na Tanzânia uma cidade média possui população variando de 10.000 a 34.999 habitantes; no Quênia a faixa varia de 20.000 a 99.999 habitantes, enquanto na Etiópia é de 20.001 a 100.000 habitantes.

Não diferente, Kewalramani (2000), em estudo sobre o sistema urbano indiano também discute a dificuldade de se qualificar uma cidade de acordo com o critério demográfico. Segundo o autor, “Most Indian authors have preferred the traditional census definition – a town with population ranging between 20,000 and 100,000” (KEWALRAMANI, 2000, p. 66). Entretanto, apesar dos autores indianos utilizarem a faixa de 20.000 a 100.000 habitantes, Kewalramani (2000) afirma que a definição de um critério demográfico deve estar de acordo com as condições geográficas e temporais do espaço analisado e que a aplicação de um único critério de definição para uma escala nacional é problemática. É, então, diante da necessidade de um critério generalista para a análise do espaço urbano indiano, que o autor faz a seguinte proposta: [...] “the population range for intermediate cities cannot be uniform and are area and time specific in real terms. However, an examination of the rank size distribution pattern in other states, revealed that the size group 50,000 to 200,000 could be used to delineate intermediate cities” (KEWALRAMANI, 2000, p. 70).

Souza et al (2007), ao analisar os diferentes critérios demográficos utilizados para definição de cidade média, construiu um quadro síntese (Quadro 01), baseado nos trabalhos de Marques da

Costa (2002) e Bellet Sanfeliu e Llop Torné (2003), demonstrando a diversidade do critério demográfico para a definição dessas cidades⁴:

Quadro 01. Classificação demográfica das cidades médias.

País / Instituição	Faixa de tamanho demográfico (habitantes)
Alemanha	150.000 – 600.000
Argentina	50.000 – 1.000.000
Banco Mundial	Até 1.000.000
Brasil (IBGE)	100.000 – 500.000
Dinamarca	Menor que 100.000
Espanha	30.000 – 130.000
Estados Unidos	200.000 – 500.000
França	20.000 – 100.000
Grécia	10.000 – 100.000
Irlanda	50.000 – 100.000
Itália	50.000 – 300.000
ONU	100.000 – 3.000.000
Paquistão	20.000 – 100.000
Portugal	20.000 – 100.000
Reino Unido	150.000 – 600.000
Suécia	50.000 – 200.000
União Européia	20.000 – 500.000

Fonte: Souza et al (2007, p. 07).

O critério demográfico não só é variável para espaços diferentes, como também para tempos e autores, sendo resultado dos referenciais adotados e do período da história que o abrange. No caso brasileiro, Andrade e Lodder (1979) consideravam, na década de 1970, como cidades médias os aglomerados urbanos que variavam entre 50 mil e 250 mil habitantes. Já Santos (2005) considerava como cidade média, até as décadas de 1940/1950, os aglomerados urbanos com mais de 20 mil habitantes. Para a década de 1970/1980 em diante, o autor considera cidades médias aquelas com população variando de 100 mil a um milhão de habitantes⁵.

Na introdução do livro *Cidades Médias Brasileiras*, de 2001, organizado por Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra, os autores utilizam o seguinte critério demográfico para qualificar uma cidade: [...] “cidades médias, neste capítulo, serão definidas como sendo os conjuntos de centros urbanos não-metropolitanos e não capitais com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, segundo o Censo de 1991” (ANDRADE e SERRA, 2001, p. vi). O que chama atenção nessa classificação é o limite máximo proposto, de 500 mil habitantes e a exclusão das cidades que compõem os conjuntos metropolitanos e as capitais dos estados. Apesar dos autores avançarem⁶ em relação às cidades que possuem uma função diferenciada na rede urbana (conjuntos metropolitanos e capitais), eles criam um hiato entre as cidades de 500 mil e um milhão de habitantes, pois não recebem nenhum tipo de qualificação.

Nesse mesmo livro, Andrade e Serra (2001a) escrevem um capítulo intitulado *O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período de 1970/2000* e utilizam como critério a faixa populacional entre 50 mil e 500 mil habitantes, sob o argumento que esse estrato demográfico, devido sua amplitude, agrupa municípios com diferentes níveis de complexidade produtiva, exigindo, assim, a elaboração de sub-estratos para cobrir a diversidade existente. Assim, os sub-estratos propostos pelos autores são: i) cidades médias

⁴ Para saber mais sobre os critérios e os limiares demográficos das cidades médias, confira: Amorim Filho e Rigotti (2002) e Batella (2013).

⁵ Acima de um milhão de habitantes, o autor qualifica essas cidades como cidades milionárias. Para saber mais sobre essas cidades, confira, entre outros: Santos e Silveira (2001) e Santos (2005).

⁶ Tal critério é considerado um avanço no sentido de que as cidades que compõem áreas metropolitanas ou são capitais de estados desempenham uma função diferente na rede urbana, principalmente quando se considera a escala regional.

com população variando entre 50 mil e 100 mil; ii) variando entre 100 mil e 250 mil habitantes; e iii) variando entre 250 mil e 500 mil habitantes. É necessário destacar que nesse capítulo, os referidos autores também consideram como cidades médias aqueles centros que compõem as áreas metropolitanas e as capitais de estados.

Soares (1999), em seu texto intitulado *Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização*, considera, entre outros critérios, o proposto pela ONU (Organização das Nações Unidas), de 1991, que considera cidades médias as que possuem população variando de 100 mil a um milhão de habitantes. A autora afirma que o teto desse intervalo, que era de 500 mil desde 1960, foi adaptado para um milhão em 1991. Essa grande variação é explicada a partir da diversidade populacional das cidades do mundo. (SOARES, 1999).

Frente a essa diversidade de critérios demográficos, Soares (1999) destaca que entre as instituições oficiais existe certo consenso entre classificar as cidades segundo critérios populacionais, uma vez que é mais fácil e cômodo e, para isso, não é necessário considerar outros aspectos que são importantes para sua compreensão. Nesse sentido, a autora afirma que:

[...] de acordo com especialista de todo mundo, não podemos conceber uma classificação feita apenas sob critérios populacionais, porquanto os mesmos são incompletos e apresentam uma concepção de urbanização centrada nos aspectos demográficos, não reconhecendo que esse processo é muito mais complexo, envolvendo as dimensões econômica, política, social e cultural. (SOARES, 1999, p. 57).

Amorim Filho e Serra (2001, p. 03-04) corroboram, afirmando que:

[...] o critério demográfico (embora cômodo e não negligenciável) é capaz apenas de identificar o grupo ou a faixa que pode conter as cidades médias. Outros critérios deveriam ser também levados em consideração na definição dessas cidades. Seja como for, não pode ser desprezado o fato de que alguns aspectos, como tamanho demográfico, relações externas, estrutura interna e problemas sociais das cidades médias, podem variar bastante de país para país e de região para região, sendo, naturalmente, função do nível de desenvolvimento alcançado, da posição e das condições geográficas e do estágio de processo de formação histórico-social de cada um desses países ou de cada uma dessas regiões. [...] o critério da classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação. Tal critério toma a população urbana como proxy do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infra-estrutura existente e grau de concentração das atividades. Desse ponto de vista, embora não haja um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximo e mínimo que podem conter o conjunto das cidades médias, há, em cada período histórico, coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo.

Apesar das críticas referentes à utilização de limiares demográficos para a definição de uma cidade média, Corrêa (2007) admite que o tamanho demográfico de uma cidade implica em maior ou menor economia de escala, possibilitando o desenvolvimento, em diferentes graus, das funções urbanas, influenciando as relações externas e internas da cidade. O outro caminho também é válido: o desenvolvimento de novas funções urbanas leva ao crescimento demográfico e à multiplicação de atividades não-básicas, impulsionando novas funções urbanas e alterando as relações internas e externas da cidade (CORRÊA, 2007).

Tendo como base os problemas criados pela utilização do tamanho demográfico para qualificação de uma cidade e a relação entre desenvolvimento urbano e tamanho demográfico surge a primeira constatação para a proposição metodológica para os estudos das cidades médias: o tamanho demográfico não deve ser fim para classificação das cidades, mais sim meio para a explicação desses espaços, dessa forma, não se deve classificar os espaços urbanos considerando somente o critério demográfico, mas utilizá-lo para explicar o estágio do desenvolvimento urbano de uma cidade. Desse modo, Pontes (2001, p. 578) explica que [...] “o

comportamento demográfico está estritamente vinculado à situação socioeconômica e portanto, representa um indicador dessa situação”.

Os indicadores quantitativos permitem ao pesquisador observar como a cidade tem-se alterado, em dados numéricos, enquanto os indicadores qualitativos permitem uma análise mais precisa do espaço, possibilitando entender as transformações que ocorreram e que estão expressas nos dados numéricos registrados. O entendimento da relação existente entre a evolução demográfica e o desenvolvimento urbano permite ao pesquisador iniciar a compreensão do papel desenvolvido pela cidade na rede urbana em que se insere. Para a análise dos fluxos migratórios isso não é diferente, pois esse indicador possibilita entender o papel desempenhado pela cidade na rede a partir dos princípios motivadores que levaram as populações a migrarem, seja de forma pendular ou não.

A relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento urbano contribui para outra análise da cidade, agora através do espaço intra-urbano, conforme destaca Corrêa (2007, p. 24):

Quanto maior o tamanho demográfico, maior será a dimensão do espaço intra-urbano, expressa pela distância entre o centro e a periferia da cidade, assim como mais complexa será a organização desse espaço intra-urbano. Em razão das distâncias viabiliza-se, em grande parte, uma maior divisão econômica do espaço, submetido a um mais significativo processo de descentralização, origem dispersa e formação de núcleos de atividades derivados de economias de aglomeração, distantes do centro. Maior o tamanho demográfico e mais complexas as atividades econômicas, suscitando maior fragmentação do tecido social, mais complexa será a projeção espacial das classes sociais e suas frações, gerando uma mais complexa divisão social do espaço, com áreas sociais mais diferenciadas.

O autor ainda completa afirmando que:

[...] maior o tamanho demográfico e mais complexas as atividades econômicas, particularmente as funções urbanas, mais fragmentada e, por conseguinte, mais articulada será a cidade. É neste *continuum* que vai de minúsculos núcleos de povoamento às cidades globais, que se inserem as cidades médias, um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano. (CORRÊA, 2007, p. 24-25).

Apesar de Corrêa (2007) apresentar a relação entre tamanho demográfico, funções urbanas e desenvolvimento do espaço intra-urbano, o autor destaca que existem três dificuldades na utilização do critério demográfico, quais sejam: o tamanho demográfico absoluto, a escala espacial e a dimensão temporal, estando todas elas interligadas entre si. Com relação ao tamanho demográfico absoluto, o autor afirma que para realidades urbanas diferentes, um limite demográfico pode ser uma cidade média em um país e uma metrópole em outro. Um exemplo disso é o critério adotado pela ONU, pois para essa instituição, uma cidade média é aquela que tem população variando de 100.000 a 3.000.000 de habitantes. A escala espacial também é outro problema, pois uma mesma cidade pode ser macrocefálica em escala estadual e uma cidade média em escala nacional. Já os limiares demográficos variam ao longo da história, sendo que para períodos históricos diferentes, existem limiares demográficos diferentes para classificar uma cidade média (CORRÊA, 2007).

É sabendo das dificuldades que envolvem a dimensão demográfica que é proposta a sua utilização, não como critério definidor, mas sim como uma dimensão de análise que deve ser interpretada em conjunto com as outras dimensões propostas e que auxiliará na compreensão das transformações do espaço urbano de uma cidade média.

Diante desse quadro, deve-se estudar as cidades médias considerando as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações e valores, já que são esses elementos que intensificam as relações entre as cidades e suas regiões e, ao mesmo tempo, as fazem diferentes umas das outras (SOARES, 2005).

Além disso, é necessário entender o papel que essas cidades ocupam na rede urbana e no sistema econômico global, considerando, para isso, as relações estabelecidas tanto em nível local como em nacional ou internacional, a partir dos sistemas de engenharias e estruturas tecnológicas existentes no território. Outro ponto importante é compreender sua classificação a partir do enfoque funcional dessas cidades. Essa classificação, segundo Soares (2005), deve estar relacionada aos papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação do território proporcionado pela situação geográfica dessas cidades. Assim, o consumo de mercadorias e informações possui papel mais importante do que a produção, uma vez que é a partir dele que se dá a estruturação dos fluxos definidores dos papéis intermediários dessas cidades.

Diante disso, Soares (1999) arrola algumas variáveis que devem ser identificadas na busca por caracterização das cidades médias, quais sejam: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, diversificação e especialização econômica, organização espacial, índices de qualidade de vida e a posição e importância que essas cidades possuem na região e na rede urbana que compõem. Essas variáveis são importantes na análise das cidades médias, pois elas variam no espaço e no tempo, evitando generalizações universalistas que podem ocultar a diversidade social, política, econômica e cultural dessas cidades.

Diante do exposto até aqui e de acordo com os trabalhos de Bolay *et al* (2003), Corrêa (2007) e UIA (1998), é proposta uma tipologia para as cidades médias, disposta no Quadro 02.

Quadro 02. Tipologia para as cidades médias.

Tipos	Descrição
Centro de serviços	Cidade especializada em oferecer serviços públicos e privados para a população regional.
Centro administrativo	Cidade que abarca as diferentes instituições políticas e administrativas dos níveis estadual e federal.
Polo econômico	Cidade que desenvolve estratégias nos diferentes níveis (estadual, nacional e internacional) de produção industrial e comercialização em grande escala.
Centro turístico	Cidade que aproveita as potencialidades naturais, o patrimônio histórico e o cultural para promover atividades ligadas ao turismo.
Canal de comunicação	Cidade que utiliza sua localização relativa para servir de espaço de intercâmbio de pessoas, bens e informações.
Centro de fronteira	Cidade que aproveita sua posição geográfica e sua estratégia de desenvolvimento para dominar as relações em áreas de fronteira.
Centro regional	Cidade que concentra o comércio varejista e serviços especializados com alcance regional.
Centro de drenagem e consumo de renda fundiária	Cidade localizada em área pastoril que apresenta um complexo agroindustrial.
Centro especializado	Cidade que apresenta atividades especializadas que permitem estabelecer relações de longa distância, chegando ao nível internacional.

Fonte: elaborado a partir de Bolay *et al* (2003), Corrêa (2007) e UIA (1998).

Uma ressalva deve ser feita quanto à proposição tipológica: não deve ser consideradas como cidades que possuem funções intermediárias na rede urbana, ou seja, cidades médias, aquelas que estão inseridas em áreas metropolitanas, pois em função de estarem muito próximas da metrópole, em alguns casos até conurbadas, essas cidades se especializam visando atender às demandas da metrópole⁷.

É preciso ressaltar também que uma mesma cidade, dependendo do foco de análise, pode ser classificada como pertencente a mais de um tipo, pois elas não são peças únicas no “quebra-cabeça” urbano, com funções específicas, mas sim um conjunto complexo de funções, no qual um tipo se sobressai sobre os outros.

Associadas à tipologia existem três escalas de relações que podem ser estabelecidas pelas cidades médias, quais sejam: regional, nacional e internacional. Bolay *et al* (2003) e Corrêa (2007) apontam que o papel da cidade na rede urbana vai variar de acordo com o nível escalar

⁷ Na escala regional, as capitais dos estados não devem ser consideradas como médias.

utilizado para a análise, sendo que uma cidade que pode ser classificada como média para o nível nacional, quando analisada internacionalmente, pode não possuir a mesma importância. Delimitar a escala de análise é a primeira obrigação do pesquisador para dizer se a cidade em questão é média ou não.

Entende-se como escala regional a relação estabelecida pela cidade e sua hinterlândia direta. As relações estabelecidas para a escala regional são aquelas de produção e comercialização de produtos agropecuários, de roupas, de alimentos e a de prestação de serviços de saúde e educação⁸. A escala nacional se estabelece a partir das relações entre a cidade e o território⁹. A cidade média que atua em escala nacional é um marco de referência em algum tipo de atividade, normalmente do setor produtivo ou de alta tecnologia. A escala internacional é resultado das lógicas mundiais da economia estabelecidas entre a cidade média e o restante do mundo (BOLAY et al, 2003, p. 19).

Corrêa (2007, p. 30) aponta que existem dois níveis escalares para a análise das cidades médias, quais sejam: escala regional e a escala extra-regional¹⁰. Para o autor:

As interações espaciais *de* e *para* a cidade média se realizam em duas escalas espaciais gerais, a escala regional e a escala extra-regional, seja ela nacional ou internacional. Estas interações extra-regionais são decisivas para identificação de uma cidade média, distinguindo-a de uma usual capital regional. Nesse sentido, admite-se ser necessário estabelecer as diferenças entre as interações regionais e extra-regionais, assim como as conexões entre ambas, diferenças associadas à natureza dos bens e serviços, agentes sociais e mercados envolvidos. (Grifo do autor) (CORRÊA, 2007, p. 30).

Na análise do papel regional de uma cidade média é necessário considerar não só as suas dimensões demográfica, econômica, de equipamentos e infra-estrutura, política e de gestão do território, mas de toda a região que ela se insere, para conhecer em quais dessas dimensões a cidade se destaca perante as outras de sua região. Nesta perspectiva, Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) indicaram como variáveis a serem utilizadas nos estudos das cidades médias a análise de seu entorno regional, propondo, para aquele período histórico, a verificação da existência de cidades maiores, menores e de mesmo nível num raio de 50 quilômetros. Propõe-se aqui como distância a ser considerada para essa análise um raio de 150 quilômetros, pois o avanço tecnológico, o aumento da eficiência dos meios de transportes e a criação e/ou melhoria das vias rodoviárias facilitaram o deslocamento entre as cidades, tornando o limite de 50 quilômetros insuficiente para entender as dinâmicas espaciais atuais. Para classificar a partir de uma tipologia uma cidade é necessário entender não só o seu papel na rede urbana, mas também dos principais centros que estão em sua região, identificando quais das atividades existentes se sobressaem perante os outros centros urbanos, para que mesma possa ser qualificada como cidade média.

Por fim, é necessário destacar que tão importante como definir preteritamente a escala de abordagem é a não definição do centro urbano como cidade média antes da realização da pesquisa, uma vez que a cidade deve ser primeiramente analisada para depois ser definida como média, considerando, para isso, a importância que ela possui no sistema urbano.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 5-34. 1984.

_____; BUENO, M.E.T.; ABREU, J.F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativas para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro: AGT, v. 12, n. 23-24, p. 33-46. 1982.

⁸ O estudo de Pereira (2007) é um exemplo de análise de uma cidade média em escala regional.

⁹ O estudo de Cleps (1997) é um exemplo de relações estabelecidas em escala nacional a partir de uma cidade média.

¹⁰ A escala extra-regional apontada por Corrêa (2007) é o que Bolay et al (2003) chamou de escala nacional e internacional.

_____; RIGOTTI, J.I.R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. p. 220-242. CD-ROM.

_____; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento Urbano e Regional. In: ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 01-34.

ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970-2000. In: _____ (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001a. p. 129-170.

_____; _____. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 393p.

_____; LODDER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 147 p.

ARROYO, M.M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

BAKER, J. What role do small and intermediate urban settlements play in the development of Sub-Saharan Africa?. In: BELLET SANFELIU, C.; LLOP TORNÉ, J.M. (Org.). **Ciudades intermedias**: urbanización y sostenibilidad. Lleida: Milenio, 2000. p. 47-60.

BATELLA, W. **Os limiares das cidades médias**: reflexões a partir de Teófilo Otoni-MG. 2013. 228f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BELLET SANFELIU, C.; LLOP TORNÉ, J.M. **Ciudades intermedias**: perfiles y pautas. Lleida: Ajuntament de Lleida, 2003. 295p.

BOLAY, J. *et al.* **Intermediación urbana**: ciudades de América Latina en su entorno. Quito: PGU/UN-HABITAT, 2003. 115 p.

BRAVO, M.T.D. Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. *Revista Geográfica. Revista Geográfica Venezolana*, Caracas, v. 38, p.153-164. 1997.

BRUNET, Roger. Des villes comme Lleida. Place et perspectives des villes moyennes en Europe. In: BELLET SANFELIU, C.; LLOP TORNÉ, J.M.(Org.). **Ciudades intermedias**: urbanización y sostenibilidad. Lleida: Milenio, 2000. p. 109-124.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **O comércio atacadista de Uberlândia (MG)**: mudanças tecnológicas e estratégias territoriais. 181f. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

CORRÊA, R.L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M.E.B.(Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

DAVIDOVICH, F. Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano: algumas questões. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53(2), p. 127-133. 1991.

DEUS, J. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1-2, p. 81-91. Jan./Jun. 2004.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O.(Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 279-303.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 02 ago. 2006.

_____. **Estimativa populacional**: 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 02 ago. 2006.

KEWALRAMANI, G. India's urban system and the intermediate city. In: BELLET SANFELIU, C.; LLOP TORNÉ, J.M.(Org.). **Ciudades intermedias**: urbanización y sostenibilidad. Lleida: Milenio, 2000. p. 61-89.

MARQUES DA COSTA, E. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Revista Finisterra**, Lisboa, vol. XXXVII, n. 74, p. 101-128, 2002.

OLIVEIRA, H.C.M. **Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias**: reflexões a partir de Uberlândia (MG). 2008. 364f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

PEREIRA, A.M. A propósito das cidades médias: algumas considerações sobre Montes Claros. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS. **Anais...** Presidente Prudente: GASPERR/UNESP, 2005. p. 1-13.

_____. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 347f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PONTES, M.B.S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização regional (década de 1970). In: SPOSITO, M.E.B.(Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP/FCT, 2001. p. 569-607.

SANTOS, M. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**, Florianópolis: UFSC, ano 3, nº 5, p. 85-100. 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005. 174p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SILVEIRA, M.L. Globalização, trabalho, cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 11-17. 2002.

SOARES, B.R. Repensando as cidades médias no contexto da globalização. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 6, p. 55-63. jan./dez 1999.

_____. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A.F.; FLÁVIO, L.C.; SANTOS, R.A. (Org.). **Espaço e território**: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 273-285.

SOUZA, M.V.M. *et al.* Reflexões sobre o conceito de cidade média e a configuração das estruturas comerciais varejistas e de serviços: o caso do bairro Planalto em Uberlândia (MG). In: X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 01-21.

SPOSITO, M.E.B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP/FCT, 2001. p. 569-607.

_____. *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras. In: _____ (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

STEINBERG, M.; BRUNA, G.C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V.(Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.

UIA - Unión Internacional de Arquitectos. **Programa internacional de trabajo de la UIA**: Documento 1 do projeto Ciudades intermedias y urbanizacion municipal. 1998. Disponível em: <<http://www.paeria.es/cimes/>>. Acessado em: 02 ago. 2006.